
ORIGEM SOCIAL E EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS DE LICENCIANDOS: uma discussão introdutória

Lizete Scalzilli da Silveira

RESUMO

Este artigo foi redigido a partir de pesquisas teóricas e das reflexões preliminares e necessárias à construção do objeto da pesquisa "Classes Sociais e Trajetórias Escolares de Licenciandos em História de uma Universidade Pública". Procura-se, com base em resultados de pesquisas, estudos teóricos e dados recentes, demonstrar a importância que assumem o pertencimento social, as relações família/escola e a identidade profissional da docência, quando se trata de compreender o significado que tem, para um grupo de jovens, a opção por um curso superior em licenciatura.

PALAVRAS-CHAVES:

Estratégias escolares de famílias, Profissão de docente.

ABSTRACT

The present article is based on preliminary research related with the following theme: "Social classes and academic performance of a group of History undergraduate students attending a Public University". It is intended to demonstrate, supported by research results, theoretical studies and other data, that in order to understand the meaning assigned by a group of young people to their chosen career as teachers it is important to consider their class origin, family expectations toward school and the characteristics of teaching as a career.

KEYWORDS:

School Strategies of the families, Teaching as a career.

Este artigo focaliza algumas questões teóricas levantadas durante o processo de construção do objeto de uma pesquisa que visava reconstituir a trajetória escolar de licenciandos em História, provenientes de diferentes classes sociais, e detectar aquilo que predisps os esses estudantes a realizarem um curso superior de formação de professores, face ao atual prestígio/desprestígio da profissão de docente. Esse estudo ainda está em realização e, portanto, não trato aqui dos seus resultados. Neste texto, me ocupo com certos aspectos de uma provável relação entre a origem social dos licenciandos e suas aspirações de qualificação profissional e com as possíveis implicações desses fatores na compreensão da identidade do professor enquanto profissional.

Para tanto, parto de duas variáveis referenciais: o processo de escolarização como parte das estratégias familiares de reprodução social de classe ou frações de classe; e as dimensões da identidade profissional da docência, diante do processo de feminização e proletarização do magistério.

A ESCOLARIZAÇÃO COMO PARTE DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Como instrumento de análise das diferentes estruturas e procedimentos do universo social, o conceito bourdieuniano de estratégia de reprodução comporta um sentido aglutinador das normas coletivas, norteadoras de comportamentos sociais, e das ações particularizadas; sendo estas últimas constituídas pelo senso prático dos agentes sociais. Estas ações incidem sobre aquelas normas coletivas, conferindo-lhes um sentido e um movimento alternativos, e as redimensionam, transformando-as.

Sobre a noção de estratégia, naquilo que expressa da dinâmica social, não há palavras melhores do que as do próprio Pierre Bourdieu (1990, p.81), que assim a define:

“A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o

estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é produto de senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais...”

Partindo desse conceito, o entendimento dos atos sociais nos remete não só aos condicionamentos estruturais, materiais e ideológicos, mas também, e principalmente, às disposições socialmente constituídas, geradas no interior dos grupos sociais, portadoras de características particularizadas, que atuam como mecanismos de reprodução dos agentes socializados enquanto grupos. Dentre esses mecanismos, apresentam-se como especialmente fundamentais ao nosso estudo, aqueles mecanismos que são acionados pelas famílias das diferentes classes ou frações de classe com relação à escolaridade e aos destinos profissionais de seus filhos.

Quanto à importância de se buscar, nos microsistemas familiares das sociedades de classe, a produção e reprodução material e cultural dos indivíduos, uma inteligente discussão teórica de Daniel Bertaux (1979) sobre as práticas familiares de produção social de seus membros enquanto entidades físicas e culturais, em decorrência da posição que ocupam nas relações sociais de produção, nos indica que as famílias pertencentes a uma dada classe social tendem a produzir indivíduos que se tornam membros dessa mesma classe. Esse pertencimento, que se opera no interior das famílias, não é uma manifestação apenas da produção física de homens e mulheres como força produtiva; é, essencialmente, uma manifestação da produção do que ele chama de “estrutura profunda da personalidade”, que constitui a essência da identidade social diferenciada dos indivíduos.

Assim, na produção dos indivíduos interagem os valores socialmente adquiridos pela família, em es-

pecial pela figura da mãe, a sua posição de classe no interior do amplo sistema de relações sociais, e os recursos gerados no seu meio, e nele utilizados, como mecanismos de manutenção ou transposição social.

Definem-se, dessa forma, dois suportes analíticos fundamentais ao entendimento das dinâmicas de produção das ações dos indivíduos e de seus destinos: o contexto social de pertencimento, objetivamente estruturado no interior do amplo sistema das relações de produção; e as práticas e estratégias dos grupos sociais, subjetivamente constituídas, através das quais esses grupos sociais reproduzem suas características naquela estrutura determinada. Sem esquecer, no entanto, que estas duas dimensões da realidade social mantêm uma interdependência recíproca.

A partir dessas bases teóricas, o entendimento da condução dos destinos profissionais que têm na escolarização o seu canal de sustentação nos remete fundamentalmente à análise da origem social dos diferentes grupos, das suas relações família/escola e das suas estratégias escolares, extraídas do quadro ampliado das estratégias de reprodução social.

Geraldo Romanelli (mimeo., p.1), ao analisar as condutas de famílias das camadas médias face à escolarização de seus filhos, na nossa sociedade atual, demonstra a importância de se considerar estas variáveis para o entendimento dos destinos socio-profissionais dos indivíduos:

“As relações entre família e escola, instituições vinculadas ao processo de reprodução social, têm sido estudadas de diferentes ângulos, com o objetivo de se conhecerem as articulações entre ambas e a contribuição de cada uma delas, seja repondo, seja alterando esse processo.”

Dessa forma, repassar o pertencimento social dos grupos, seu contexto familiar e suas expectativas e práticas familiares frente à escola, constitui um exercício de análise imprescindível ao entendimento da construção das escolaridades e das relações destes elementos com as identidades profissionais.

Seguindo esta tendência, nos últimos anos uma parcela considerável das pesquisas no campo da Sociologia da Educação tem buscado conhecer e explicar a condução e os desdobramentos dos processos de escolarização das diferentes classes sociais ou frações de classe. Os resultados destas pesquisas têm demonstrado a importância e a necessidade de se estabelecer as relações entre as práticas escolares familiares e as condições de vida dos grupos sociais, quando se trata de compreender as escolaridades e os destinos profissionais dos indivíduos. (Nogueira, 1991).

A PROFISSÃO DE DOCENTE

A reconstituição e a compreensão de trajetórias escolares direcionadas à realização de um curso superior em licenciatura exige que duas discussões sobre a atividade da docência sejam abordadas: a identidade do professor, enquanto profissional; e a feminização da docência e sua relação com o processo de proletarização por que vem passando a profissão.

Como se tentará demonstrar mais adiante, as categorias **identidade profissional e feminização da docência** (esta última enquanto fenômeno generalizado que atingiu os graus elementares do ensino a partir das primeiras décadas do século) estão estreitamente associadas à origem de classe dos professores e às suas estratégias de reprodução social. Daí a pertinência de se utilizá-las, incorporando-as àquelas categorias próprias da escolaridade, ou seja, as relações classes sociais/escola, o contexto cultural familiar e as práticas escolares familiares, na análise de trajetórias escolares de estudantes que optaram pela licenciatura plena como curso de graduação.

Através de um estudo, referente ao caso espanhol, dedicado, entre outras questões, à definição dos professores dos níveis fundamental e médio como profissionais, Mariano Enguita (1991, p.43) nos remete à seguinte caracterização :

“Entre as formas inequívocas de profissionalização e proletarização debate-se uma variada coleção de grupos

ocupacionais que compartilham características de ambos os extremos. Constituem o que no jargão sociológico se designa como semiprofissões, geralmente constituídas por grupos assalariados, amiúde parte das burocracias públicas, cujo nível de formação é similar ao dos profissionais liberais. Grupos que estão submetidos à autoridade de seus empregadores mas que lutam por manter sua autonomia no processo de trabalho e suas vantagens relativas à distribuição da renda, ao poder e ao prestígio. Um destes grupos é constituído pelos docentes."

Com base no conceito marxista de divisão do trabalho produtivo/improdutivo, que expressa determinadas e distintas posições sociais e ocupacionais decorrentes da forma como se situam na estruturação própria das relações de produção, o autor nos remete aos professores como profissionais que detêm uma posição ocupacional ambivalente, situada entre a dos profissionais liberais e a dos proletários.

Nessa posição intermediária, os professores têm, entre outros requisitos a favor de sua profissionalização, o mesmo nível superior de formação que os profissionais liberais; enquanto que, a favor de sua proletarização, operam a progressiva regulamentação e administração externas do seu trabalho e o aviltamento de seus salários.

Pendendo entre uma e outra condição profissional, Mariano Enguita (1991) situa os professores como uma categoria que resiste à proletarização, ressalta sua distinção dos trabalhadores manuais e luta pelo reconhecimento de sua profissionalização.

Situado na problemática da proletarização do magistério, Bruno Pucci (1991) discute a aproximação do professor de nível médio com o proletariado na sociedade atual a partir de duas variáveis:

- ♦ o caráter desconceituado que têm assumido as condições efetivas de trabalho dos professores, a partir do maior grau de controle que

tem afetado o seu processo de trabalho e das formas de organização das lutas da categoria por melhores condições de vida e de trabalho, que têm significado um avanço na identificação dos professores com os demais trabalhadores; e,

- ♦ a origem de classe dos professores - camadas médias "altas" em declínio e camadas médias "baixas" e populares - que utilizam a escolaridade longa como meio de manutenção e de ascensão social, respectivamente; e suas aspirações profissionais e sociais e posturas ideológicas, que têm atuado como fatores inibidores da efetiva articulação da categoria à classe trabalhadora.

Na interação destas variáveis, o autor define o professor como um profissional ambíguo, posicionado materialmente ao lado do proletariado e ideologicamente ao lado da burguesia.

A produção teórica sobre a origem desta dualidade, discutida nos estudos de Mariano Enguita (1991), Luiz Pereira (1969), Léa Pinheiro Paixão (1991) e Michael Apple (1995), tem mostrado que, simultaneamente ao processo de feminização da docência, foi se operando a desqualificação e proletarização da profissão.

Concorreram, para a feminização da categoria, a idealização do magistério primário na sociedade patriarcal como atividade complementar daquelas propriamente domésticas, como o cuidado de crianças, e, portanto, adequada às mulheres, e a sua baixa remuneração, decorrente em parte da crença social de que a renda feminina é complementar e que seu trabalho é transitório.

Ao analisar esse fenômeno, situando o magistério primário como uma categoria ocupacional por meio da qual a mulher se insere na população economicamente ativa, no período em que se consolidava a etapa urbano-industrial na sociedade de classes brasileira, o estudo de Luiz Pereira (1969) focaliza a docência como uma das principais modalidades de profissionalização feminina.

No entanto, o autor condiciona essa presença profissional a determinadas forças sociais que, ao mesmo tempo em que a possibilitam e sustentam, lhe dão um contorno particularizado dentro do sistema das relações de trabalho. A mulher é encaminhada a exercer atividades auxiliares e subsidiárias que, na organização ocupacional, representam os papéis de esposa e mãe. Essas forças de integração correspondem à manutenção do equilíbrio interno do sistema social global e limitam a atuação profissional da mulher a atividades específicas que permitam sua concomitância com o exercício das funções domésticas. O magistério primário configura-se, assim, como um avanço da profissionalização da mulher e, ao mesmo tempo, como um mecanismo de manutenção da sua tradicional situação dependente na sociedade.

Ainda com relação à forma problemática que assume o trabalho feminino, Michael Apple (1995) traz a interpretação de que existe correspondência entre os tipos de atividades profissionais que se tornaram acentuadamente feminizadas e o papel secundário da mulher na sociedade. Concomitante a essa característica da profissionalização feminina, e em grande medida dela decorrente, é o processo de desqualificação ocupacional que têm sofrido as atividades exercidas pelas mulheres. Além disso, são elas que estão indo ocupar, em ritmo crescente, as atividades proletarizadas. Desta forma, à medida que as ocupações vão sendo preenchidas por mulheres, ocorre uma significativa tendência, dentro do sistema, de controle sobre o conteúdo e o processo do seu trabalho. Em especial, as atividades associadas às tarefas domésticas femininas reforçam a segregação ocupacional e uma profissão passa a ser considerada inferior porque é feminina. Nesse processo de reconceituação ocupacional, o magistério ocupa um lugar privilegiado.

Configuram-se, assim, as categorias que têm norteado as discussões teóricas, no campo da pedagogia, sobre a proletarização do magistério e a definição da situação de classe dos professores: a feminização da categoria e sua relação com as condições atuais do trabalho docente, condições estas originárias daquilo que ele incorporou e mantém da divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal.

Estes debates constituem matéria imprescindível à compreensão da opção de jovens universitários por um curso de licenciatura como parte das estratégias através das quais constroem suas carreiras escolares. Isto porque, embora a literatura especializada mostre como a feminização e a desqualificação docente têm caminhado juntas na história recente da profissão, há, na análise desta relação, fatores que a desestabilizam e que não podem ser negligenciados. Refiro-me à origem de classe das professoras; à relação desta origem com o magistério enquanto ocupação não-manual; ao grau real de proletarização da profissão; à relação atual do gênero com o universo do trabalho; e à dimensão social do fenômeno do desprestígio da profissão.

As pesquisas de Luiz Pereira (1969) e Léa Pinheiro Paixão (1991), assim como o estudo de Mariano Enguita (1991), referentes, respectivamente, ao início dos anos sessenta, à República Velha, e ao momento atual espanhol, situam o professorado primário feminino como procedente predominantemente das camadas médias. Uma categoria social cuja inserção no mercado de trabalho era feita através das ocupações não-manuais - detentoras de maior prestígio e remuneração que as manuais - e que, na transição da sociedade para a etapa urbano-industrial, passou por um processo de crescimento dos seus setores assalariados. Estas camadas vêm defendendo sua posição anterior, diante da crescente ameaça de proletarização desencadeada pelo desenvolvimento econômico brasileiro a partir da década de 1950.

Nessa inserção, a presença feminina no magistério estava associada à sua posição de classe média, tanto pela origem familiar quanto pelo exercício da profissão. Como, em muitos casos, a renda feminina contribuía para a manutenção do grupo familiar na posição de classe média, esse setor da sociedade tornou-se propício à profissionalização da mulher em ocupações próprias a ele: as não-manuais.

Entende-se, portanto, que o magistério primário tem, na origem de sua feminização, a distinção social de ser uma ocupação intelectual. Parece, assim,

que o ingresso feminino na carreira do magistério pode ser considerado como um mecanismo de manutenção ou de promoção social das professoras, como se pode observar nas passagens que se seguem, referentes à motivação feminina para a carreira, nas sociedades brasileira e norte-americana, respectivamente, das primeiras décadas do século:

"Para mulheres das classes média e alta, na "idade do ouro", essa profissão apresentava-se como sendo uma das poucas consideradas respeitadas (GOUVEIA, 1970). Ser professora primária podia também, para algumas mulheres, representar uma possibilidade de ascensão social." (Paixão, 1991, p.14)

"O magistério tornou-se símbolo de ascensão social para muitas mulheres e, à medida que se expandiu o ensino elementar, aumentou também o número de mulheres aí empregadas." (Apple, 1995, p. 57)

Mas, se na origem da feminização há uma conotação de prestígio da carreira, à expansão do fenômeno tem sido associada a sua desqualificação. Com a formalização do ensino e a sua gradativa feminização ao longo das primeiras décadas do século, os homens passaram a ocupar os cargos de direção escolar, enquanto às mulheres, que passaram a dominar a prática docente, foram designadas as funções mais propícias à racionalização. Transferem-se, assim, para o ensino institucionalizado, as relações de dominação sexual do sistema global. São colocados em posições socialmente análogas os papéis doméstico e profissional das mulheres. (Apple, 1995).

No entanto, apesar desse movimento, nem sempre as professoras mantiveram-se passivas diante da segregação e a carreira do magistério foi uma opção conciliatória entre atividades profissionais e domésticas.

Sobre esta primeira variável do comportamento docente, Michael Apple (1995, p.70), remetendo-se aos docentes norte-americanos do início do século, nos diz que:

"Embora esses professores e professoras nem sempre tenham sido vitoriosos em suas demandas econômicas ou propostas de organização, realmente conseguiram forçar a administração educacional a levar a sério as professoras primárias como uma força a ser levada em consideração. Nesse processo, também conseguiram em parte desafiar as relações econômicas e ideológicas em torno do trabalho feminino."

E, em relação à conciliação entre os trabalhos domésticos e o magistério, na primeira metade do século, como fator predominante de sua feminização, Léa Pinheiro Paixão (1991, p.13) adverte que:

"A atividade de professora primária permite, segundo a ideologia mais difundida socialmente, uma acomodação e integração entre os papéis doméstico e profissional. Essa ideologia tem força explicativa até hoje, apesar de os dados obtidos em pesquisa terem mostrado sua contradição com condições de trabalho de numerosas professoras."

Ainda sobre essas variáveis de comportamento, Luiz Pereira (1969, p.55) mostra um lado interessante da auto-identificação das professoras primárias com as atividades profissionais, apesar de seu estudo enfatizar a idealização social da docência como ocupação feminina complementar. Dados obtidos em sua pesquisa sobre o magistério estadual da cidade de São Paulo, no início dos anos sessenta, revelam que 76% das professoras solteiras e 64% das professoras casadas, de sua amostra, não desejavam parar de trabalhar fora de casa. E, ainda, que muitas professoras demonstraram auto-motivação para o trabalho profissional e concepções mais avançadas sobre a profissionalização feminina do que as tradicionalmente consideradas.

Observa-se, assim, que o magistério primário foi se delineando como um campo feminino de trabalho, mas para muitas mulheres parece não ter assumido inteiramente o significado de extensão das ocupações domésticas. Como profissão, poderia significar a

ampliação dos espaços sociais femininos, o que torna necessária uma discussão mais ampla da questão do padrão profissional da professora.

Ao mesmo tempo, o magistério tem enfrentado um processo de desqualificação, mas os debates sobre a proletarização da profissão nos dão conta de que ela ainda não se completou.

Quanto à identidade profissional do professor, o que vemos nos estudos de Mariano Enguita (1991) e Michael Apple (1995) é que a categoria tem lutado pela manutenção da sua posição entre as profissões consideradas "nobres". E que, embora as condições de trabalho docente estejam cada vez mais aviltadas, os professores resistem à proletarização e enfatizam sua profissionalização.

Além disso, na origem da feminização da profissão ela era uma das profissões possíveis às mulhe-

res das camadas médias que ingressavam no mercado de trabalho, justamente por deter o prestígio de uma ocupação não-manual. Enquanto, pelo mesmo motivo, servia como meio de escape dos árduos trabalhos braçais para as mulheres das camadas populares.

Quanto à inserção feminina no campo profissional, Luiz Pereira (1969, p.22), ao analisar o magistério primário como uma das principais modalidades de participação da mulher na população economicamente ativa da sociedade brasileira no início dos anos sessenta, utiliza cifras censitárias referentes ao ano de 1950, relativas à distribuição da população, por sexo, entre as diferentes ocupações.

Do levantamento estatístico em que se baseou, o autor nos apresenta o seguinte quadro:

TABELA 1
Condição ocupacional das pessoas com 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo

	Mulheres	Homens	Totais Absolutos
Padrão "doméstico"	99,2 %	0,2 %	13 705 346
Padrão "profissional"	14,5 %	85,5 %	16 703 029
Padrão "escolar"	46,7 %	53,3 %	2 758 685
Condições inativas	36,3 %	63,7 %	2 976 597
Outras condições	21,3 %	78,7 %	413 333

* Outras condições: condições não declaradas ou mal definidas.

Como demonstrativo da estrutura ocupacional brasileira no período estudado, o quadro revela uma ênfase significativa no padrão "doméstico" como feminino e no padrão "profissional" como masculino. Realidade que, segundo o autor, traduz a divisão das ocupações na estrutura do sistema de produção de bens e serviços das sociedades com estruturas familiares patriarcais ou semipatriarcais. Nessa divisão, ideologicamente, as atividades domésticas são qualificadas como ideais para as mulheres e, portanto, a elas atribuídas, e as profissionais aos homens. Distribuição esta que atua como fator de manutenção e reprodução do sistema social mais amplo. "Haveria, portanto,

interdependência funcional entre a estratificação social geral, a estrutura ocupacional e a estrutura familiar." (Idem, p. 18).

Nesse complexo social, o magistério primário caracterizava-se como ocupação ideal às mulheres na medida em que permitia conciliar os padrões doméstico e profissional, em especial para as mulheres das camadas médias.

Sobre a distribuição ocupacional na sociedade brasileira atual, elaborei o quadro que se segue com base em cifras censitárias da população, por sexo e condição de atividade, referentes ao ano de 1990. (PNAD, 1990)

TABELA 2

Condição ocupacional das pessoas com 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo

	Mulheres	Homens	Totais Absolutos
Economicamente ativas	35,5 %	64,5 %	64 467 981
Não-economicamente ativas	72,2 %	27,6 %	49 161 344
Padrão escolar	54,4 %	45,6 %	14 881 949

A comparação dos quadros acima impõe algumas considerações.

Para avaliar a população economicamente ativa, Luiz Pereira encontrou limitações nas cifras censitárias de 1950, uma vez que "na categoria dos 'inativos' não se distinguem dos demais, aqueles que contam com capacidade e desejo de participar do padrão 'profissional' ". Além disso, o critério de distribuição das atividades pela ocupação principal, utilizado pela pesquisa por ele consultada, tendia a remeter o informante a uma auto-identificação com os padrões "profissional" ou "doméstico", ao indicar sua ocupação. Fator que o autor considera sociologicamente relevante, pelo indicativo que fornece de identificação mais acentuada dos indivíduos com um ou outro padrão ocupacional.

Para a pesquisa que consultei (PNAD - 1990, p.24), pessoas economicamente ativas foram definidas como: "As pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período". Como pes-

soas ocupadas, foram classificadas aquelas que trabalhavam, efetivamente, toda a semana ou parte dela, e como pessoas desocupadas foram classificadas aquelas que estavam sem trabalho e que o procuravam. Como pessoas não-economicamente ativas, foram definidas aquelas não classificadas como ocupadas, nem como desocupadas. Há, portanto, clareza quanto à definição da população economicamente ativa, mas não há indicativos específicos quanto à inserção dos indivíduos nos padrões "doméstico" ou "profissional".

Dessa forma, comparando os índices do padrão profissional de 1950 com o da população economicamente ativa de 1990, observa-se um ligeiro aumento na porcentagem de participação feminina e queda na de participação masculina.

Mas esta variação contém uma significativa diferença parcial interna, que tende a se diluir no quadro geral. Refiro-me ao índice de inclusão da mulher na população economicamente ativa, quando esta categoria é recortada utilizando-se como critério os anos de estudo da população. (Cf. Tabela 3)

TABELA 3

Pessoas de 10 anos ou mais, por condição de atividade e sexo, segundo os anos de estudo

Economicamente ativos			
Anos de estudo *	Mulheres	Homens	Totais Absolutos
Sem instrução a 8 anos de estudo	32,3 %	67,7 %	49 035 300
Com 9 anos de estudo ou mais **	45,7 %	54,3 %	15 377 368

* Não considerados os não determinados e sem declaração.
** Corresponde ao segundo grau em diante.

O quadro acima revela que, aos graus elevados de escolaridade, corresponde uma participação maior da mulher na população economicamente ativa.

Ao referir-se aos padrões ocupacionais idealmente distribuídos por sexo na sociedade e à sua real definição no interior dos diferentes segmentos sociais, o estudo de Luiz Pereira aponta as camadas "superiores" como aquelas em que o padrão "doméstico" tenderia a se acentuar, uma vez que a mulher envolvida exclusivamente com as tarefas domésticas detinha um significado simbólico de status social elevado da família. Nos últimos anos, parece que esta realidade tem se modificado.

Ao analisar o crescimento das camadas médias, sua demanda pelo ensino superior - utilizada como estratégia de manutenção da ascensão social que o avanço econômico lhes propiciava - e a expansão dos estabelecimentos de ensino de terceiro grau como fatores decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial do país nas décadas de cinquenta e sessenta, Geraldo Romanelli (mimeo., p.6), revela que:

"Um dos fatores mais significativos do redimensionamento das universidades é o aumento da participação feminina entre a clientela dos cursos superiores que, em 1980, atingia 50% (Schwartzman, 1990-1991). Esse aumento deve ser relacionado ao conjunto de transformações ocorridas na sociedade brasileira, que abrem o mercado de trabalho para as mulheres e também deriva das mudanças que revestem as representações sobre o sexo feminino."

Em correlação com esse movimento, estudos sociológicos recentes da relação escolaridade/camadas sociais têm demonstrado que as carreiras escolares longas são mais próprias das elites e das frações favorecidas das classes médias. Do conjunto das diferentes frações de classe que compõem as classes médias, as frações "altas" são as portadoras de maior capital cultural e aquelas que se mostram mais decididamente empenhadas em contabilizá-lo em favor do êxito social dos filhos. Estas frações fazem, do título escolar, o seu instrumento privilegiado de mobilidade e ascensão social. (Nogueira, 1991; 1994)

A síntese dessas variáveis, quais sejam, o redimensionamento do papel da mulher na sociedade atual, o investimento escolar das famílias das classes médias "altas" e a intensidade do ingresso feminino no nível superior do ensino, pode ser o indicativo de que as mulheres dessas camadas têm abandonado, com certa intensidade, o padrão "doméstico" em favor do padrão "profissional". Indo mais além, pode configurar seu ingresso nas destacadas profissões liberais.

Além disso, o padrão "escolar", considerado por Pereira (1969) como desvio feminino do padrão "doméstico", parece também possuir relevância na fase atual da sociedade brasileira.

Para elaborar o quadro abaixo, referente ao padrão "escolar" da população, excluí, do recenseamento já citado, os dados referentes aos níveis pré-escolar e às quatro primeiras séries do primeiro grau, na tentativa de me aproximar do cômputo apresentado na pesquisa do autor (Cf. Tabela 1) que limita-se cronologicamente a pessoas com 10 anos ou mais.

TABELA 4

Estudantes de 10 anos ou mais, por graus de escolaridade e segundo o sexo

Grau de escolaridade *	Mulheres	Homens	Totais Absolutos
Da 5ª à 8ª série do Primeiro Grau	50,8%	49,2%	28 234 039
Segundo Grau	56,7%	43,3%	3 760 935
Superior **	52,3%	47,7%	1 665 982

* Desconsiderados os não declarados.

** Inclusive mestrado e doutorado.

O quadro revela dois fatores importantes: a permanência da alta seletividade do nosso sistema de ensino, apesar de seu crescimento quantitativo; e a predominância feminina em todos os seus níveis.

Para Luiz Pereira, a extensão quantitativa do padrão "escolar", que acompanha a urbanização e a industrialização, atua como elemento de afastamento da mulher do padrão "doméstico", além de interferir na organização da estrutura ocupacional social global. E este fenômeno não pode ser negligenciado quando se trata de repassar a conceituação profissional e social do magistério, considerando a inserção das mulheres das frações "altas" das classes médias nos setores profissionais liberais.

Dessa forma, entendendo a docência como uma atividade que, ainda hoje, tem conseguido conservar algumas qualidades das profissões de maior prestígio social e que, tradicionalmente, está associada às classes médias, pode-se considerar que os efeitos sociais do desprestígio da ocupação se manifestam de forma desigual nos diferentes segmentos da sociedade e não uniformemente no amplo conjunto social. Isto significa dizer que a leitura do desprestígio está intimamente relacionada com a categoria classe social.

Em outras palavras, é importante estimar que as camadas mais privilegiadas da sociedade encontram, nas profissões liberais, determinados requisitos valorativos que o magistério não mais possui, além de terem maior acesso a elas. Essas condições as tornam mais sensíveis às conseqüências profissionais desencadeadas pelo processo de desqualificação do magistério como, por exemplo, a sua baixa remuneração. Em contrapartida, as camadas médias "baixas" e populares encontram no magistério certos requisitos prestigiosos que as ocupações manuais não detêm. Refiro-me aos aspectos profissionais análogos aos das profissões liberais que a ocupação tem conseguido conservar. Como o acesso dessas camadas às profissões mais "nobres" é limitado, dado o caráter altamente seletivo do nosso sistema de ensino, o magistério torna-se, para elas, uma opção possível para o exercício

de uma ocupação não manual. Criam-se, desta forma, no interior dessas camadas, condições favoráveis à valorização dos aspectos profissionais e socialmente prestigiados que o magistério preserva, como, por exemplo, a formação de nível superior do professor de nível médio, e a uma menor sensibilidade com relação aos efeitos de sua desqualificação. Daí a não homogeneidade do modo como, socialmente, podem estar se expressando os efeitos da desconceituação da docência.

Em ambos os casos, a partir da remodelagem do perfil social feminino, da significativa ampliação dos espaços ocupacionais para as mulheres e da sua correspondente inserção no mercado de trabalho, ocorridas nas últimas décadas, as características marcadamente femininas ou masculinas dos grupos ocupacionais podem estar cedendo lugar a características próprias das diferentes classes ou frações de classe que, independentemente do sexo, são incorporadas por todos os seus membros.

Para as mulheres das classes médias da sociedade patriarcal, o magistério primário era, segundo Luiz Pereira (1969), uma profissão de prestígio, embora já em fase de desqualificação e com remuneração baixa. Nesse tipo de sociedade, dadas as poucas alternativas de inserção da mulher no mercado de trabalho, a docência era valorizada socialmente. Portanto, o magistério pôde corresponder, como ocupação, aos anseios classistas de manutenção de posições sociais elevadas. Mas, com as mudanças da ordem social e da própria condição da mulher na sociedade, suas perspectivas ocupacionais têm se alargado consideravelmente. Em especial, as representantes das classes médias favorecidas estão, possivelmente, se dirigindo, nas últimas décadas, às profissões liberais nas quais encontram, ainda, aquelas qualidades prestigiosas que a desqualificação tem subtraído do magistério.

Ao mesmo tempo em que as mulheres das classes médias "altas" se afastam do magistério de nível básico, sob os efeitos sociais de sua desqualificação parcial, ele se torna um espaço aberto à entrada das camadas médias "baixas" e populares

em uma profissão não-manual. Isso pode significar que aqueles efeitos, nestes últimos setores, são neutralizados pelas características profissionais que o magistério tem conservado. Note-se que, dadas as condições atuais de remuneração do trabalho docente, sua utilização como meio de projeção social pode configurar apenas a conquista de uma distinção social simbólica.

De profissão prestigiosa possível para as mulheres das camadas médias "altas" da sociedade patriarcal, o magistério pode estar progressivamente se tornando a profissão prestigiosa possível para as camadas médias "baixas" e populares da sociedade urbano-industrial avançada. Pode-se considerar, então, que o fenômeno parcial da desqualificação profissional docente e sua desconexão das camadas médias "altas" não tem atingido o prestígio da ocupação em sua dimensão social ampla. O que ele tem provocado é um deslocamento da aquisição dos valores profissionais da ocupação, das camadas médias "superiores" para as camadas médias "inferiores" e populares. E, neste deslocamento, os aspectos da feminização do magistério podem estar passando por um processo de neutralização, o que enfatizaria o fator **origem social** na leitura da profissão.

PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES CLASSES SOCIAIS/ ESCOLARIZAÇÃO/ PROFISSÃO DE DOCENTE.

Como indica Bruno Pucci (1991), remetendo-se a uma análise de Perseu Abramo sobre a origem social dos professores, a categoria docente é, hoje, predominantemente procedente das classes populares e médias baixas, que utilizam a escolarização como mecanismo de ascensão social. E ainda, segundo afirmação de Abramo, essa camada de professores "tem-se mostrado, de certa forma, conservadora e pouco afeita à luta por modificações e transformações na educação e na sociedade". (p.92)

Ao sugerir que essa afirmação merece ser objeto de uma análise mais aprofundada, Pucci nos remete a uma questão fundamental para entendermos a problemática ambivalência da profissão de docente: *Sob que perspectivas profissionais os jovens realizam um curso de licenciatura de nível superior?*

Acredito que uma parte considerável da resposta a essa questão, que nos levaria a entender melhor como o profissional da educação se situa no universo do trabalho, está na compreensão do sentido sociológico da convivência que os grupos sociais de origem desses jovens mantêm com a escola. Isso porque, se é verdade que o magistério está se tornando uma das poucas alternativas possíveis de ingresso das camadas populares e médias "baixas" no universo do trabalho intelectual, elas possivelmente estão ingressando nele sustentadas por aspirações profissionais elevadas.

Mas, em contrapartida, pelo espaço que a mídia tem dado à divulgação das atuais condições do trabalho docente, esses jovens sabem, ao escolher um curso superior de formação de professores, que a prática da docência não vai trazer significativas e imediatas mudanças nas suas condições materiais de vida.

Ora, uma vez que esses jovens vêm de um processo de escolarização construído na interação do seu meio social com as práticas de suas famílias, não estarão nele muitos dos fatores explicativos dessa opção aparentemente contraditória e que traduz a própria condição do trabalho docente? Fatores que, desvendados, possivelmente viriam a contribuir para a compreensão do "trabalhador em educação", como quer Bruno Pucci, e para a formulação dos currículos dos cursos voltados para a formação de professores.

Fundamenta-se, assim, o interesse em investigá-los. ♦

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michael W. *Trabalho Docente e Textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BERTAUX, Daniel. *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ENGUITA, Mariano F. A Ambiguidade da Docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.
- FRANCHI, Eglê Pontes (Org.). *A Causa dos Professores*. Campinas: Papyrus, 1995.
- IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: 1990, (s.l.), v.14, n.1, 1990.
- LUDKE, Menga e ANDRE, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Elementos Para Uma Discussão da Relação Classes Médias: escola*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 17, 1994, Caxambu/MG.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Trajetórias Escolares, Estratégias Culturais e Classes Sociais: notas em Vista da Construção do Objeto de Pesquisa. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.3, p.89-112, 1991.
- NOVOA, Antonio (Org.) *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992.
- PAIXÃO, Léa Pinheiro. Mulheres Mineiras da República Velha. Profissão: professora primária. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n.14, p.12-25, 1991.
- PEREIRA, Luiz. *O Magistério Primário Numa Sociedade de Classes*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PUCCI, Bruno et al. O Processo de Proletarização dos Trabalhadores em Educação. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.4, p.91-108, 1991.
- QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 1992.
- ROMANELLI, Geraldo. *Projetos de Escolarização dos Filhos e Estilos de Vida de Famílias das Camadas Médias*. (mimeo.)